

RELATÓRIO DE GESTÃO

Assessoria Econômica (ASSEC)

consolidando informações de gestão do
Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional das
Parcerias Público-Privadas – PPP¹

¹ Projeto de financiamento externo – doação.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	4
2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS e/ou PROGRAMÁTICAS	5
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da Unidade na execução das políticas públicas	5
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	6
2.3. Programas	7
2.3.1. Programa Gestão da Política na Área de Planejamento (1003)	7
Tabela 1. Dados gerais do programa	7
2.3.2. Ação: Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira (04.571.1003.4732. 0001)	8
Tabela 2. Dados gerais da ação	8
2.4. Desempenho Operacional	10
2.4.1. Programação Orçamentária	10
i. Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da UJ	10
ii. Quadro Programação de Despesas Correntes	10
iii. Quadro Programação de Despesas de Capital	10
iv. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	11
iv. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	11
2.4.2. Execução Orçamentária	11
i. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa	11
ii. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	12
2.4.3. Evolução de gastos gerais	12
2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	12
2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais	12
3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	14
i. Quadro “Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação em 31/12/2009	14
ii. Quadro “Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	15
QUADRO PRÓPRIO	15
4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	15
5. Restos a pagar de Exercícios Anteriores	15
6. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	16
7. Previdência Complementar Patrocinada	16
8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	16
8.1. Projeto financiado com recursos externos (doação PPP - FUMIN/BID)	16
Tabela 3. Recursos vinculados à cooperação técnica internacional PPP/FUMIN (doação)	16
9. Renúncia Tributária	18
10. Operações de fundo	18
11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	18
11B. Determinações e recomendações do TCU	19

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	19
13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV	19
14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	19
15. Informações Contábeis da Gestão	20
16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	20
ANEXO I – Informações Contábeis	20

1. IDENTIFICAÇÃO

Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão			Código SIORG: 002981
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Assessoria Econômica			
Denominação abreviada: ASSEC			
Código SIORG: 042671	Código LOA: 47101	Código SIAFI: 201022	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Planejamento Social e Econômico; Federal, Estadual, Municipal (tabela CNAE/IBGE)			Código CNAE: 7511-6
Telefones/Fax de contato:	(61) 2020-4070	(61) 2020-4944	(61) 3321-8084
Endereço eletrônico: assec@planejamento.gov.br			
Página da Internet: http://www.planejamento.gov.br			
Endereço Postal: Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 6º andar - CEP: 70.040-906 - Brasília – DF			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 12/04/2007, revigorado pelo Decreto n.º 6.222, de 2007, publicado no DOU de 04/10/2007.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria nº 232, de 3 de agosto de 2005, do Ministro do Planejamento, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 de 05/08/2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Lei n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004 – Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. - Decreto n.º 5.385, de 4 de março de 2005, alterado pelo Decreto nº 6.037, de 7 de fevereiro de 2007 – Institui o Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP e dá outras providências.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
201022	Assessoria Econômica – ASSEC		
201041	Unidade de Programa de Parcerias Público-Privadas – PPP		

O presente Relatório de Gestão contém informações sobre a Unidade Gestora n.º 201041 criada para o gerenciamento de projeto financiado com recursos externos (cooperação não-reembolsável, doação, n.º ATN/MT-9587 firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) denominado: “Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional das Parcerias Público-Privadas – PPP” (Programa PPP/FUMIN), cuja coordenação técnica cabe à Assessoria Econômica (ASSEC) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). A ASSEC é a unidade responsável pela Ação Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira (04.571.1003.4732.0001).

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS e/ou PROGRAMÁTICAS

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da Unidade na execução das políticas públicas

A Assessoria Econômica – ASSEC tem como objetivo assistir e assessorar o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão no acompanhamento da política econômica; participar da elaboração das propostas de alteração da legislação orçamentária; acompanhar e projetar a evolução dos indicadores econômicos e sociais e elaborar relatórios periódicos sobre a evolução da conjuntura econômica; apreciar planos ou programas de natureza econômica submetidos ao Ministério e proceder ao acompanhamento das medidas aprovadas e à avaliação dos respectivos resultados; promover estudos e acompanhar a implementação das políticas governamentais; participar da elaboração de estudos necessários ao planejamento; participar, no âmbito do Ministério, da elaboração de projetos que objetivem a redução da participação do Estado na economia; assessorar a avaliação do mérito e a coordenação e gestão de projetos de Parcerias Público-Privadas a cargo do Ministério; apreciar, nos seus aspectos econômicos, projetos de legislação ou regulamentação e emitir pareceres técnicos sobre as matérias pertinentes; e assessorar os representantes do Ministério nos conselhos e órgãos colegiados auxiliares na condução da política econômica.

O Decreto n.º 5.385, de 4 de março de 2005, determina que a Assessoria Econômica - ASSEC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP atue como Secretaria-Executiva tanto do Comitê Gestor da Parceria Público-Privadas Federal - CGP, quanto da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas – CTP e do Grupo Executivo, e define suas competências: 1. promover o apoio e os meios necessários à execução dos trabalhos do CGP, do Grupo Executivo e da CTP; 2. prestar assistência direta aos Coordenadores do CGP, do Grupo Executivo e da CTP; 3. preparar as reuniões do CGP e da CTP; 4. acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CGP; 5. recepcionar, instruir e encaminhar à CTP os processos de autorização para a abertura de procedimentos licitatórios e de aprovação das minutas de editais e de contratos; 6. elaborar minutas de relatórios de desempenho dos contratos de parceria público-privada, a serem apreciados pela CTP ou pelo Grupo Executivo e aprovados pelo CGP; 7. manter, na rede internet, sítio para divulgação dos relatórios aprovados pelo CGP e de demais documentos de interesse público relativos a projetos de parceria público-privada sujeitos à sua apreciação, ressalvadas as informações sigilosas; 8. orientar os órgãos ou entes públicos que pretendam celebrar contratos de parceria público-privada; e 9. exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGP.

Diante das competências e da importância do tema parcerias público-privadas (Lei n.º 11.079 de 2004), foi assinada, em 20 de outubro de 2006, a Carta-Convênio destinada a formalizar os termos da cooperação técnica não-reembolsável n.º ATN/MT-9587 (doação), entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, na qualidade de administrador dos recursos do Fundo Multilateral de Investimentos,

denominada Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional de Parcerias Público-Privadas (PPP/FUMIN).

O objetivo específico da cooperação com o BID é estruturar o arcabouço institucional do Programa de Parceria Público-Privada no âmbito federal, consolidá-lo por meio da implementação de projetos e disseminar o conhecimento adquirido a estados e municípios. Desse modo, o Programa foi estruturado em três componentes: i) consolidação institucional da Unidade de PPP no Ministério do Planejamento e apoio a ministérios setoriais e governos estaduais na implantação de estrutura institucional das PPP; ii) regulamentação e institucionalização de metodologia; e iii) apoio à estruturação de projetos de parcerias público-privadas.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A estratégia de atuação da Assessoria Econômica deve ser compreendida a partir de dois segmentos: acompanhamento e análise da estrutura econômica do País e implementação de projetos e da metodologia das Parcerias Público-Privadas – PPP.

No que tange ao acompanhamento e análise da estrutura econômica do País, a Unidade tem concentrado a sua atuação em: acompanhamento e projeção dos indicadores econômicos e sociais por meio da elaboração de estudos periódicos e utilização de modelos de projeção macroeconômica; estudos sobre potencial da economia brasileira; elaboração de projeções dos parâmetros macroeconômicos necessários para a estimativa das despesas e receitas do Governo, viabilizando o acompanhamento da política fiscal e realização de estudos da estrutura econômica brasileira; e realização de estudos nas áreas fiscal, previdência, política industrial, orçamento familiar e distribuição de renda.

No que tange à PPP, a estratégia de atuação da Unidade está voltada a ações de capacitação e difusão do conceito junto aos estados, municípios, ministérios setoriais e agências reguladoras, e na prospecção de novas oportunidades para estruturação de projetos de PPP, por meio de acordos de cooperação com estados, municípios e órgãos setoriais.

Com relação ao trabalho de disseminação de conhecimento, a Unidade tem organizado, regularmente, seminários sobre PPP e cursos de capacitação de curta duração sobre a Lei n.º 11.079, de 2004, para servidores públicos de órgãos setoriais, estados e municípios. No que diz respeito à capacitação e incorporação genuína dos conceitos da metodologia PPP, tem-se focado na formação de especialistas na ASSEC, como centro de conhecimento no tema e também na formação de facilitadores nos estados e nos órgãos setoriais. O objetivo final é habilitar o setor público a formatar projetos que primem pela prestação eficiente de serviços e pela otimização do uso dos recursos públicos.

Com relação à estruturação de projetos de PPP, a Unidade tem atuado em parceria com estados, municípios e órgãos setoriais. Assim, além das três

cooperações assinadas no final de 2008 com o Estado da Bahia (plataforma logística), o Estado do Piauí (rodovia) e a Agência Espacial Brasileira (sistema geoestacionário) com vistas à contratação de estudos estruturadores para licitação de projetos de PPP, foram também assinados, com semelhante objetivo, acordos de cooperação com os estados do Rio Grande do Norte (19/02/2009) e do Ceará (02/10/2009), com a participação do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Estão também em vias de serem assinadas cooperações com os estados do Maranhão, Paraíba e Espírito Santo e com a Prefeitura de Manaus.

2.3. Programas

À Assessoria Econômica não cabe o gerenciamento de um Programa específico do PPA, mas sim de uma só ação do Programa de Gestão da Política na Área de Planejamento, na qual se insere o acordo de cooperação técnica não-reembolsável firmado com o BID voltado para a implementação das PPPs no Brasil.

2.3.1. Programa Gestão da Política na Área de Planejamento (1003)

Tabela 1. Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Gestão de políticas públicas
Objetivo geral (2)	Conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão.
Objetivos específicos (3)	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais nas áreas de planejamento, orçamento e gestão pública.
Gerente do programa (4)	João Bernardo de Azevedo Bringel
Responsável pelo programa no âmbito da UJ (5)	Não se aplica. A gestão do Programa 'Gestão da Política na Área de Planejamento' não cabe à ASSEC, mas apenas uma das ações que o compõem.
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (6)	Não se aplica. Programas de gestão de políticas públicas não possuem indicadores associados, conforme Manual de elaboração dos Programas do PPA.
Público-alvo (beneficiários) (7)	Governo

2.3.2. Ação: Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira (04.571.1003.4732. 0001)

Tabela 2. Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acesso a informações e estudos relativos à estrutura econômica brasileira que permitam identificar os possíveis impactos das políticas adotadas sobre a estabilidade e crescimento econômicos, a geração de emprego e seus impactos distributivos e ainda dar suporte técnico e operacional ao Comitê Gestor (CGP), Comissão Técnica (CTP) e Grupo Executivo das Parcerias Público-Privadas.
Descrição	Acompanhamento e projeção dos indicadores econômicos e sociais através da elaboração de estudos periódicos e utilização de modelos de projeção macroeconômica; promoção de estudos e acompanhamento da implementação e dos resultados das políticas governamentais, sobretudo, sob o ponto de vista econômico.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Assessoria Econômica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Coordenador nacional da ação	Ana Teresa Holanda de Albuquerque
Unidades executoras	Assessoria Econômica - ASSEC

No que tange ao acompanhamento e análise da estrutura econômica do País, convém destacar, no ano de 2009, as seguintes atividades: elaboração e atualização semanal de painel de indicadores conjunturais; acompanhamento das pesquisas e elaboração de resenhas ao Ministro do Planejamento a partir dos resultados mensais das pesquisas conjunturais do IBGE; acompanhamento e análise das pesquisas estruturais do IBGE; elaboração de notas mensais sobre a economia internacional, as contas externas e a situação fiscal; consolidação dos principais resultados dos indicadores econômicos divulgados em cada mês, com elaboração mensal de resenha para encaminhamento ao Presidente da República; manutenção e aprimoramento dos modelos de projeção de exportações e importações; elaboração de modelo de projeção para o comportamento da dívida líquida do setor público; elaboração de cenários alternativos para a meta de superávit primário, incluindo mudanças metodológicas, e seu impacto sobre a dívida líquida do setor público como proporção do PIB; estudos para elaboração de modelo de projeção do crescimento do PIB pelo lado da demanda: consumo das famílias, consumo do governo e formação bruta do capital fixo, e balança comercial de bens e serviços, segundo a nova série do PIB.

No que tange às parcerias público-privadas, convém destacar, no ano de 2009, as seguintes atividades:

- Projeto do Consórcio Datacenter (formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal) – foi licitado no segundo semestre de 2009, na modalidade de Concessão Administrativa, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de

alto padrão, em regime de “co-location” por 15 anos, na cidade de Brasília (DF);

- Para a avaliação qualitativa e quantitativa de projetos com vistas à contratação de PPP foi concluído o processo licitatório para a contratação de consultoria por meio de cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- Foram celebrados pela União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais com o objetivo de fornecer suporte técnico para a estruturação de projetos, a exemplo das parcerias com: Estado da Bahia; Ministério da Ciência e Tecnologia e Agência Espacial Brasileira; Estado do Piauí e Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB; Estado do Rio Grande do Norte e BNB; e Estado do Ceará e BNB;
- Projeto de irrigação Pontal: aprovados edital e contrato pelo Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP em 20/10/2009 e publicado no Diário Oficial da União, em 22/12/2009, aviso de abertura da licitação (Concorrência Internacional n.º 01/2009 do Ministério da Integração Nacional);
- Projeto TV pública digital: publicado, em 28 de dezembro de 2009, aviso de consulta pública das minutas de edital e contrato de concessão administrativa (as contribuições foram recebidas até 27/01/2010);
- Realização do 2º Curso de PPP em Brasília/DF (dias 1º e 2 de junho); realização do 1º Seminário Estratégico para a Região Nordeste em Fortaleza/CE (dias 4 e 5 de junho); e realização de 5 (cinco) cursos de curta duração realizados em cidades do Nordeste para capacitação de servidores públicos em Parcerias Público-Privadas (Fortaleza, Natal, Aracaju, Teresina e São Luis).
- A Assessoria Econômica, por meio da cooperação técnica com o BID, organizou, ainda, uma missão formada por servidores do Ministério do Planejamento (Assessoria Econômica e Consultoria Jurídica), Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Nacional de Avaliação Civil – ANAC e de estados (Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul) para realização do Curso PPP Masterclass Training Course Programme ministrado pela instituição britânica PartnershipsUK – PUK.

2.4. Desempenho Operacional

2.4.1. Programação Orçamentária

i. Identificação da Unidade Orçamentária responsável pela programação da UJ

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Assessoria Econômica – ASSEC	47101	201022

ii. Quadro Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
<i>Exercícios</i>								
LOA	<i>Dotação proposta pela UO</i>	0	0	0	0	8.326.000,00	3.936.000,00	
	<i>PLOA</i>	0	0	0	0	8.326.000,00	3.936.000,00	
	<i>LOA</i>	0	0	0	0	8.326.000,00	3.936.000,00	
CRÉDITOS	<i>Suplementares</i>	0	0	0	0	0	0	
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>	0	0	0	0	0	0
		<i>Reabertos</i>	0	0	0	0	0	0
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>	0	0	0	0	0	0
		<i>Reabertos</i>	0	0	0	0	0	0
	<i>Créditos Cancelados</i>	0	0	0	0	0	0	
<i>Outras Operações</i>		0	0	0	0	0	0	
Total		0	0	0	0	8.326.000,00	3.936.000,00	

Fonte: SISPLAN – Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (tela de 31/03/2010).

iii. Quadro Programação de Despesas de Capital

Não se aplica, pois não houve programação de despesa de capital.

iv. **Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência**

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
<i>Exercícios</i>							
LOA	<i>Dotação proposta pela UO</i>	8.326.000,00	3.936.000,00	0	0	0	0
	<i>PLOA</i>	8.326.000,00	3.936.000,00	0	0	0	0
	<i>LOA</i>	8.326.000,00	3.936.000,00	0	0	0	0
CRÉDITOS	<i>Suplementares</i>		0	0	0	0	0
	<i>Especiais</i>	<i>Abertos</i>	0	0	0	0	0
		<i>Reabertos</i>	0	0	0	0	0
	<i>Extraordinários</i>	<i>Abertos</i>	0	0	0	0	0
		<i>Reabertos</i>	0	0	0	0	0
	<i>Créditos Cancelados</i>		0	0	0	0	0
	<i>Outras Operações</i>		0	0	0	0	0
Total		8.326.000,00	3.936.000,00	0	0	0	0

Fonte: SISPLAN – Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (tela de 31/03/2010).

v. **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**

Não houve ocorrências no período.

2.4.2. **Execução Orçamentária**

i. **Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
<i>1 – Despesas de Pessoal</i>	0	0
<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	0	0
3- Outras Despesas Correntes	118.407,79	111.459,43
339014	32.745,66	44.217,25
339033	85.662,13	67.242,18

Fonte: SISPLAN – Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (tela de 31/03/2010).

ii. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Valores Pagos	
	2008	2009
4 – Investimentos	0	0
5 – Inversões financeiras	0	0
6 – Outras despesas de capital	0	0

Fonte: SISPLAN – Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (tela de 31/03/2010).

2.4.3. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO/ R\$		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	61.477,86	85.662,13	67.242,18
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	35.054,94	32.745,66	44.217,25
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	0	0	0
3.1. Publicidade	0	0	0
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	0	0	0
3.3. Tecnologia da informação	0	0	0
3.4. Outras Terceirizações	0	0	0
3.5. Suprimento de fundos	0	0	0
4. CARTÃO DE PGTO DO GOV FEDERAL	0	0	0
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	0	0	0
TOTAL	96.532,80	118.407,79	111.459,43

Fonte: SISPLAN – Sistema de Informações Setoriais de Planejamento, Orçamento e Gestão (tela de 31/03/2010).

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
04	571	1003	4732	A		unidade	10	10	10

2.4.5. Indicadores de Desempenho ou Institucionais

O desempenho operacional pode ser aferido a partir dos seguintes indicadores:

A) Equipe Técnica Capacitada

- Utilidade: Aferir a capacitação das equipes de trabalho voltadas às PPPs quanto ao melhor *know-how* existente e melhores práticas no que tange à avaliação e desenvolvimento de projetos de Parcerias Público-Privadas, processos de regulamentação e investimentos em infraestrutura;
- Tipo: Eficácia;
- Fórmula de cálculo: Não se aplica;
- Método de aferição: Participação com aproveitamento nos treinamentos e seminários programados;
- Área responsável pelo cálculo e/ou medição: ASSEC/MP;

Resultado do indicador no exercício: a) realização do “2º Curso Desenvolvimento de Parcerias Público-Privadas”, nos dias 1 e 2 de junho de 2009 em Brasília-DF, pela Assessoria Econômica, em parceria com o BID, com o objetivo de capacitar facilitadores de PPP nos estados, ministérios setoriais e agências reguladoras. O evento contou com cerca de 300 inscritos; b) realização do “1º Seminário Parcerias Público-Privadas – Estratégias de ação para a Região Nordeste”, nos dias 4 e 5 de junho de 2009 em Fortaleza-CE, pela Assessoria Econômica, em parceria com o BID e com o BNB, com o objetivo de discutir estratégias visando a implementação de projetos de PPP na Região Nordeste. O evento contou com cerca de 270 inscritos; c) realização de cursos de capacitação sobre a Lei n.º 11.079 de 2004 (Lei das Parcerias Público-Privadas) em 5 (cinco) cidades do Nordeste, incluindo técnicos das Secretarias de Fazenda, Planejamento, Desenvolvimento, Infraestrutura, Procuradores de Estado e representantes do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Os cursos foram realizados nos seguintes locais e datas: Teresina/PI (27/04/2009); Fortaleza/CE (28/04/2009); Natal/RN (19/05/2009); Aracaju/SE (21/05/2009); e São Luis/MA (19/11/2009). Os Cursos foram realizados pela Assessoria Econômica, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB; d) organização de uma missão formada por servidores do Ministério do Planejamento (Assessoria Econômica e Consultoria Jurídica), Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Nacional de Avaliação Civil – ANAC e de estados (Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul) para realização do Curso PPP Masterclass Training Course Programme ministrado pela instituição britânica PartnershipsUK – PUK.

- f. Disfunções estruturais ou situacionais: não se aplica;
- g. Principais medidas implementadas ou a implementar: Os treinamentos realizados no decorrer de 2009 superaram as expectativas em termos de demanda e satisfação do público-alvo;
- h. Responsável: Diretor do Programa: Isaac Pinto Averbuch.

B) Sítio na Internet com informações atualizadas sobre PPP

- a. Utilidade: Aferir a disponibilização de ampla informação sobre PPPs no *website* do Ministério do Planejamento para a sociedade em geral;
- b. Tipo: Eficácia;
- c. Fórmula de cálculo: Não se aplica;
- d. Método de aferição: Informação disponibilizada e acessível;
- e. Área responsável pelo cálculo e/ou medição: ASSEC/MP;
- f. Resultado do indicador no exercício: *Website* atualizado com informação disponível;
- g. Disfunções estruturais ou situacionais: não se aplica;
- h. Principais medidas implementadas ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e responsáveis: não se aplica.

C) Licitação de projetos de PPP

- a. Utilidade: Aferir concretamente o desenvolvimento de projetos de Parcerias Público-Privadas, em linha com as diretrizes governamentais;
- b. Tipo: Eficácia;
- c. Fórmula de cálculo: Não se aplica;
- d. Método de aferição: Projetos licitados;
- e. Área responsável pelo cálculo e/ou medição: ASSEC/MP;
- f. Resultado do indicador no exercício: a) Licitação de dois projetos federais em 2009: Projeto Datacenter, coordenado pelo consórcio formado pelo

- Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal (processo licitatório concluído); e Projeto de irrigação Pontal – localizado em Petrolina na região do semi-árido do Estado de Pernambuco (aviso de abertura da licitação publicado em 22/12/2009 –Concorrência Internacional n.º 01/2009 do Ministério da Integração Nacional); b) Negociação com estados e órgãos setoriais, tendo sido assinados, 5 (cinco) acordos de cooperação que contemplam suporte técnico para a estruturação de projetos: com o Estado da Bahia (Plataforma Logística – Juazeiro); com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Agência Espacial Brasileira (Sistema Geoestacionário Brasileiro); com o Estado do Piauí e Banco do Nordeste do Brasil S.A – BNB (Rodovia Transcerrados); com o Estado do Rio Grande do Norte e BNB; e com o Estado do Ceará e BNB. Estão também em vias de serem assinadas cooperações com os estados do Maranhão, Paraíba, Espírito Santo e com a Prefeitura de Manaus.
- g. Disfunções estruturais ou situacionais: A licitação dos projetos candidatos à PPP dependem do empenho dos órgãos setoriais que são o poder concedente.
- h. Principais medidas implementadas ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e responsáveis: reuniões de trabalho para incorporação genuína dos conceitos do regime jurídico das PPPs pelos Ministérios Setoriais (responsáveis diretos pela licitação de projetos), garantindo a disseminação e capilaridade do Programa, e suporte técnico na estruturação de Projetos.
- i. Responsável: Diretor do Programa: Isaac Pinto Averbuch.

3. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Os dados financeiros para composição dos quadros abaixo foram informados pela Coordenação Geral de Pessoas (COGEP) da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) do Ministério do Planejamento (fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE).

i. Quadro “Composição do Quadro de Recursos Humanos – situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos		
Situação apurada em 31/12/2009		
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Ideal
Estatutários	4	4
<i>Próprios</i>	3	3
<i>Requisitados</i>	1	1
Celetistas	0	0
Cargos de livre provimento	18	18
<i>Estatutários</i>	14	14
<i>Não Estatutários</i>	4	4
Terceirizados	0	0
Total	22	22

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

ii. Quadro “Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimento e Vantagens Fixas	Retribuições (1)	Gratificações (2)	Adicionais (3)	Indenizações (4)
Estatutários inclusive os cedidos, com ônus						
2007	9	509.716,13	6.072,32	831.593,94	26131,06	17.915,07
2008	10	411.413,64	4.178,24	889.395,75	48.553,76	17.071,04
2009	3	560.068,27	1.329,43	540.465,38	53.514,15	14.836,09
Celetista (inclusive cedidos, com ônus)						
2007	-	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-
Cargo de Provisão em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	4	9.407,80	-	39.917,49	10.301,91	21.096,70
2008	2	476,48	-	16.601,63	6.319,92	16.348,47
2009	14	-	-	13.439,22	705,24	3.887,76
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	4	441,89	-	24.221,51	820,63	2.461,88
2008	5	1.051,81	-	16.061,05	390,92	-
2009	4	2.432,93	-	68.577,53	1.570,82	-
Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	9	5.668,01	-	313.406,20	7.974,50	-
2008	8	343,24	5.306,59	284.164,76	8.091,57	-
2009	1	171,62	1.641,86	339.766,05	10.026,88	-
LEGENDA:						
1 - Decisões Judiciais, Substituições e Exercícios anteriores						
2 - Gratificação Natalina, Opção DAS, Funções Gratificadas, GSISTE, GDATA, DDASST, GIAPU, GCG, GAE, FCT VPNI, GDPGTAS, GDPGPE e Gratificação da Lei nº 8.460/92						
3 - Adicional de férias e Adicional Noturno						
4 - Auxílio Alimentação, Assistência Pré Escolar, Auxílio Natalidade e Auxílio Transporte						

Fonte: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

4. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Restos a pagar de Exercícios Anteriores

Não houve ocorrências no período

6. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não houve ocorrências no período.

7. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

8.1. Projeto financiado com recursos externos (doação PPP - FUMIN/BID)

No âmbito da Ação Estudos e Acompanhamento da Estrutura Econômica Brasileira (04.571.1003.4732.0001), cuja unidade responsável é a Assessoria Econômica (ASSEC), estão inseridas as atividades da cooperação técnica não-reembolsável acordada com o BID ATN/MT-9587, denominada Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional de Parcerias Público-Privadas (Programa PPP/FUMIN).

Tabela 3. Recursos vinculados à cooperação técnica internacional PPP/FUMIN (doação)

Discriminação (código do projeto, descrição, finalidade e organismo financiador)	Custo total (US\$)	Doação (BID/FUMIN)		Contrapartida nacional		Valor das transferências de recursos			Em caso de não se ter atingido a conclusão total ou de etapa	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Motivo	Valor no ano	Valor acumulado no projeto	Motivos que impediram ou inviabilizaram	Providências adotadas para correção
ATN/MT-9587-BR (BID) Programa Nacional de Desenvolvimento Institucional das Parcerias Público-Privadas – PPP	4.900.000	2.450.000	174.225,93**	2.450.000	80.159,34**	Amortização*	0	0	***	O Projeto tem tido andamento satisfatório. Acordos de cooperação com 5 (cinco) estados do Nordeste e um órgão setorial foram firmados.
						Juros*	0	0		
						Comissão*		0		

*Trata-se de cooperação técnica não-reembolsável (doação). Para tanto, são observadas as instruções da Secretaria do Tesouro Nacional – STN que orienta os órgãos executores de projetos com recursos externos no seguinte sentido: o Tesouro Nacional fará os adiantamentos dos recursos externos aos órgãos executores e, após a comprovação das despesas, os organismos internacionais farão o desembolso desses recursos em favor da STN, não havendo, portanto, que se falar em depósito inicial.²

**Os valores referem-se às Solicitação de Desembolso n.º 01, n.º 02 e n.º 03 encaminhada ao BID. Os demonstrativos financeiros e a gestão da Cooperação técnica são auditados anualmente pela CGU.

*** Em 2010, a execução financeira tende a ser consideravelmente maior na medida em que novos projetos têm sido priorizados para estruturação no regime

² Secretaria do Tesouro Nacional. Disponível em http://www.stn.fazenda.gov.br/servicos/faq/faq_projetos.asp. Acessado em 05/04/2007.

PPP e também na medida em que forem assinados os demais contratos de consultoria para modelagem de projetos relacionados com acordos de cooperação já firmados (e em vias de serem assinados) com estados, municípios e órgãos setoriais.

Para plena operacionalização do Programa acordado com o BID, o Ministério do Planejamento firmou cooperação técnica, sob o título BRA/06/016, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores – MRE.

Até dezembro de 2009, a execução do Programa PPP/FUMIN totalizou gastos de US\$ 254.385,27 que foram devidamente comprovados ao BID por meio das Solicitações de Desembolso n.º 01, n.º 02 e n.º 03.

Em que pese a variação entre o montante total previsto para a cooperação internacional e o executado, vários avanços foram verificados no ano de 2009 no âmbito do Programa FUMIN/PPP. Os resultados decorreram da utilização dos recursos humanos e institucionais disponíveis na Assessoria Econômica e também em razão da cooperação com Estados e Bancos de Desenvolvimento. Nesse ano, grande esforço foi concentrado no andamento de processos licitatórios para contratação de consultorias para estruturação de projetos, na capacitação de servidores e na negociação com estados e municípios para formalização de acordos de cooperação.

Com relação ao trabalho de disseminação de conhecimento, destaque-se a realização do 2º Curso de PPP em Brasília/DF, o 1º Seminário Estratégico para a Região Nordeste em Fortaleza/CE e os 5 (cinco) cursos de curta duração realizados em cidades do Nordeste para capacitação em Parcerias Público-Privadas (Fortaleza, Natal, Aracaju, Teresina e São Luis).

No que tange à estruturação de projetos, convém destacar:

- 1) Estruturação do Projeto Rodoviário Transcerrados do Estado do Piauí (decorrente da cooperação com o Estado do Piauí e do Banco do Nordeste do Brasil – BNB): concluído o processo licitatório para contratação da consultoria para elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos, com início dos trabalhos em outubro de 2009;
- 2) Estudo de Value for Money – VFM (proposição de metodologia para avaliação qualitativa e quantitativa para projetos de PPP): concluído o processo licitatório para contratação da consultoria para proposição da metodologia, com início dos trabalhos em novembro de 2009;
- 3) Projeto Plataforma Logística (estruturação do Projeto Plataforma Logística do São Francisco/ Juazeiro-BA): processo licitatório em vias de ser concluído para contratação da consultoria para elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos – relatório de avaliação das propostas técnicas submetido à aprovação do BID em dezembro de 2009;
- 4) Projeto Sistema Geoestacionário Brasileiro – SGB (estruturação e modelagem de parceria público-privada para o setor espacial (Agência Espacial Brasileira): processo licitatório em vias de ser concluído para contratação da consultoria para elaboração dos estudos técnicos, econômico-financeiros e jurídicos.

Além das três cooperações assinadas no final de 2008 com o Estado da Bahia (plataforma logística), o Estado do Piauí (rodovia) e a Agência Espacial Brasileira (sistema geoestacionário) com vistas à contratação de estudos estruturadores para licitação de projetos de PPP, foram também assinados, com semelhante objetivo, acordos de cooperação com os estados do Rio Grande do Norte (19/02/2009) e do Ceará (02/10/2009), com a participação do BNB. Estão também em vias de serem assinadas cooperações com os estados do Maranhão, Paraíba e Espírito Santo e com a Prefeitura de Manaus.

A Assessoria Econômica, por meio da cooperação técnica com o BID, organizou, ainda, uma missão formada por servidores do Ministério do Planejamento (Assessoria Econômica e Consultoria Jurídica), Ministério da Fazenda (Secretaria de Acompanhamento Econômico), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Nacional de Avaliação Civil – ANAC e dos estados (Bahia, Piauí e Rio Grande do Sul) para realização do Curso PPP Masterclass Training Course Programme ministrado pela instituição britânica *PartnershipsUK – PUK*.

9. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundo

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11A. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período referentes à Unidade.

Convém registrar, todavia, que, em atendimento às exigências do acordo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a CGU realiza anualmente trabalhos de auditoria no âmbito da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/MT-9587-BR (PPP/FUMIN).

Em 2009, os trabalhos de auditoria foram realizados na sede da Unidade Executora, em Brasília/DF, no período de 16.03 a 20.03, e foram examinados, quanto à legitimidade e legalidade, os atos de gestão no âmbito da Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/MT-9587-BR (PPP/FUMIN) até o ano de 2008. Foi observado que, de forma geral, foram implementadas pela Unidade Executora do Programa, todas as recomendações formuladas pelo BID.

Em sua conclusão, o Relatório da Auditoria nº 221942/002 de 28 de abril de 2009 assevera que:

Com base nos trabalhos de auditoria realizados, somos de opinião que, de maneira geral, os controles internos da unidade executora do projeto, conforme demonstrado nos itens próprios deste relatório, apresentam-se:

a) Gestão Operacional: a implementação das ações do programa está de acordo com a previsão constante do Termo da Doação e o cronograma ajustado.

b) *Controles da Gestão: a ASSEC/PPP mantém uma estrutura de gerenciamento/execução financeira adequada para a implementação das atividades do programa, em seus aspectos substanciais, e os controles internos para a supervisão e avaliação são adequados às ações de monitoramento do programa.*

c) *Gestão Orçamentária: o programa conta com um adequado controle orçamentário, tendo sido verificada a adequada observância aos limites e saldos orçamentários, bem como a correta classificação orçamentária dos gastos realizados.*

d) *Gestão Financeira: Os controles contábeis existentes permitiram: (i) o registro das operações financeiras realizadas no âmbito do programa e o acesso à documentação de suporte; (ii) a elaboração das demonstrações financeiras básicas e informações financeiras complementares, as quais refletem adequadamente, em seus aspectos mais substanciais, os dispêndios incorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Quanto ao cumprimento pela Agência Executora das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial do Termo de Cooperação Técnica Não-Reembolsável ATN/MT-9587-BR, a situação está descrita no item 3.1.10.3 deste Relatório, bem como no Relatório sobre o Cumprimento de Cláusulas de Caráter Contábil e Financeiro do Programa.*

e) *Gestão Patrimonial: O programa não adquiriu bens patrimoniais até a presente data.*

f) *Gestão de Recursos Humanos: A Agência Executora mantém um razoável controle sobre as atividades relacionadas à administração de pessoas físicas, cujos custos foram apropriados ao Programa, em observância às disposições do Termo da Doação e à Legislação Nacional pertinente.*

g) *Gestão do Suprimento de Bens e Serviços: a seleção e a contratação de fornecedores de bens e serviços no âmbito do Projeto vem demonstrando conformidade com os procedimentos estabelecidos no Termo da Doação e à Legislação Nacional aplicável.*

11B. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

12. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não houve ocorrências no período.

13. Registros atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV

Não houve ocorrências no período.

14. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não houve ocorrências no período.

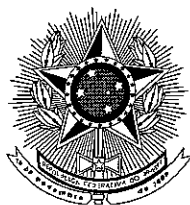
15. Informações Contábeis da Gestão

16. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

ANEXO I – Informações Contábeis

A Declaração do Contador responsável pela unidade jurisdicionada consta do Anexo I.



Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças
Coordenação de Contabilidade
Esplanada dos Ministérios Bloco K 2º andar – Brasília/DF – Cep. 70040-906
Telefone: 2020-4087
e-mail: marlene.gomes@planejamento.gov.br

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

UGR: 201022 - Assessoria Econômica – ASSEC

UGR: 201041-Unidade de Programa de Parcerias Público-Privadas/PPP - ASSEC

GESTÃO: 00001

PLENA:

Declaro que as informações relativas à execução levantadas por Unidade Gestora Responsável, integram os demonstrativos contábeis do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e constam das demonstrações contábeis da Unidade Gestora Executora 201013 - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, bem como, do processo de Tomada de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.


Declaro ainda, que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanço Patrimonial, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), da UGE 201041 - **Unidade de Programa de Parcerias Público - Privadas**, e com base nas Conformidades de Registro de Gestão registradas por essa unidade, refletem a adequada situação patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Declaro ainda que, no exercício de 2009, houve execução de despesa referente ao Programa de Parcerias Público-Privadas, sendo executada pela UGE 201013 – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, e que as informações concernentes a esta execução, e que também constam dos demonstrativos contábeis da Coordenação, bem como, do processo de Tomada de Contas demandada pela Secretaria Executiva/MP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília - DF, 09 de março de 2010.

Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada


Marlene Cavalcante Gomes
Coordenadora
CCONT/CGPOF/SPOA/SE/MP
CRC-DF: 016693/O